



BOMBA D'ÁGUA



Boletim do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de SC | Nº 591 | 23/09/2011 | Filiado à

COLOMBO, DIRETORIA DA CASAN E DEPUTADOS DA SITUAÇÃO TENTAM MAIS UMA VEZ PRIVATIZAR A CASAN E A CELESC

O Governador Raimundo Colombo mais uma vez buscou atacar a sociedade catarinense. Desta vez, fez de tudo para privatizar a Casan, a Celesc, outras estatais e serviços públicos.

Com os trabalhadores da educação pública, mesmo com uma greve de mais de 60 dias, com adesão massiva, grandes mobilizações e apoio popular, Estado a fora e na Assembleia Legislativa, não foi suficiente para

barrar a fúria do Governo. Fazendo com que conquistas históricas destes trabalhadores fossem retiradas.

Este é o Governo que acabou sendo eleito em 2010. De caráter conservador, neoliberal, que defende o Estado mínimo, privatista e de continuidade da tríplice aliança de Luíz Henrique/Pavan. É bom que fique claro: não devemos esperar coisa boa desta gente. Máquina de fazer espadas, não faz almofadas.



O PROJETO E A PEC PRIVATISTAS

Em junho, o Governador Raimundo Colombo remeteu à Alesc dois projetos, em Regime de Urgência, tendo como objetivos:

a) **Projeto de Emenda à Constituição (PEC)**, que tinha como objetivo retirar da Constituição do Estado dois dispositivos: 1) Extinguir da Constituição a obrigatoriedade da Assembleia em autorizar a privatização da Casan e da Celesc e também da realização de um plebiscito, em caso de

troca de controle acionário (privatização) da Casan e da Celesc. 2) Acabar com a obrigatoriedade da Assembleia para aprovar alterações nos estatutos da Casan e da Celesc. b) **Projeto de lei:** 1) conseguir autorização da Alesc para vender até 49% das ações ordinárias da Casan para um "sócio estratégico". 2) autorização da Alesc para o Governo/Casan realizar um acordo de acionista com o sócio estratégico.

SINDICATO PRESENTE

Mesmo diante de todas as dificuldades, o SINTAEMA-SC mobilizou toda a categoria; articulou-se com outras Entidades, de forma especial com os eletricitários, e com Deputados na Alesc; realizou campanha de mídia em rádios e jornais; elaborou

um conjunto de emendas aos projetos que pudessem garantir a Casan e Celesc públicas; articulou com Câmaras de Vereadores, Prefeitos, Entidades da sociedade civil para a aprovação de moções contra os projetos do Governo, abaixo-assinados, entre outras ações.

No dia 16/08 realizamos uma audiência pública com a presença massiva de nossa categoria, dos eletricitários e diversas Entidades dos Movimentos Sociais. Nela mostramos nosso repúdio aos projetos do Governo e já apresentamos nossas propostas para manutenção e fortalecimento da Casan e da Celesc.

O TRATOR GOVERNISTA

Para fazer o serviço, COLOMBO, conta com o apoio de 31 dos 40 Deputados. DEM/PSD, PSDB, PMDB, PTB, PPS e PP, são os apoiadores do Governo. Estes são inimigos dos defensores das Estatais e dos serviços públicos. Apenas 9 Deputados dos partidos, PT, PCdoB e PDT são oposição, aos quais devemos nosso reconhecimento.



NOSSAS EMENDAS GARANTIRAM AVANÇOS SIGNIFICATIVOS

Considerando que 36% das ações da Casan não são mais do Governo, ou seja, pertencem à Celesc (15,76%), SC Par (18,35%) e Codesc (2,32%) e podem ser vendidas a qualquer momento na bolsa de valores (já estavam no

mercado), é possível concluir que os projetos apresentados pelo Governo, não tinham como objetivos abrir o capital da Casan, mas, na prática, conseguir autorização para privatizá-la.

COMO FICOU A VOTAÇÃO FINAL



Considerando o trator do Governo e a correlação de forças completamente adversa, podemos afirmar que conseguimos evitar o mal maior. Ou seja, avanços importantes, sobretudo, com a aprovação de três emendas, duas delas centrais.

a) Preservamos na Constituição o dispositivo que garante a consulta legislativa e plebiscito popular em caso de venda de mais de 49% de ações da Casan (troca do controle acionário).

b) A garantia que, em caso de assinatura de um Acordo de Acionistas, com o tal de parceiro

estratégico, o Governo do Estado/ **Casan terá assegurado o voto majoritário nas deliberações**, ou seja, o poder de gestão da Empresa.

c) **Garantia de universalização do saneamento.** Em caso de assinatura do Acordo de Acionistas, o tal **parceiro estratégico não poderá impedir investimentos em cidades deficitárias.**

Infelizmente não conseguimos aprovar outras três emendas, também importantes: a) Manutenção na Constituição do dispositivo que para alterar o estatuto da Casan necessita da aprovação da Alesc; b) Garantia de que o parceiro estratégico ficasse limitado a empresas públicas; c) Garantia de que o Acordo de Acionistas antes da assinatura fosse aprovado pela Alesc.

Nesta batalha, o certo é que o Governo não conseguiu aprovar tudo o que queria, inclusive

questões essenciais, a autorização para privatizar a Casan e Celesc.

Também é verdade que perdemos alguns soldados, algumas questões, mas de longe não perdemos a guerra e a luta continuará.

Agora nossa tarefa é nos preparar para os próximos embates. Vamos acompanhar e exigir da Polícia Federal e do Ministério Público a completa investigação das denúncias que foram apresentadas a estes órgãos, para saber se de fato, houve as negociações que foram apresentadas.



VAMOS EM FRENTE, PORQUE UMA GUERRA É FEITA DE MUITAS BATALHAS!